

## **MINUTA ACTA n.º 9/2011**

*Minuta da Acta da reunião extraordinária da  
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António,  
realizada no dia 21 DE ABRIL DE 2011.*

*Aos vinte e um dias do mês de Abril de 2011, em Vila Real de Santo António, na Sala de Actos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Actividades Económicas, compareceram pelas 15.30 horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Manuel Lopes Rodrigues, Francisco José Cristo da Palma, Silvia Duro Lopes Gomes Madeira, e Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 63º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro.*

**ABERTURA DA REUNIÃO:** - *Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:*

**PLANO DE RESPONSABILIDADE GERACIONAL, CONSUBSTANCIADO NUM PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

**FALTA:** - *Verificou-se a ausência do Sr. Vice Presidente, José Carlos Barros, por se encontrar em representação do Município na TVI, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respectiva falta.*

**DELIBERAÇÃO: - Foi tomada a seguinte deliberação:**

**PLANO DE RESPONSABILIDADE GERACIONAL, CONSUBSTANCIADO NUM PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

*O Senhor Presidente começou por referir que o regime jurídico em vigor, nomeadamente a Lei de Finanças Locais, permite que os municípios contraiam empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro, quando se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural. Disse ainda que, como se sabe, uma significativa parte da dívida da Câmara Municipal são empréstimos bancários. Hoje em dia, com o aumento das taxas de juro, os encargos com os empréstimos podem ser muito expressivos, pelo que é importante implementar este Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, tendo em conta o compromisso geracional assumido, por unanimidade, pelo Executivo, em reunião realizada no final do ano anterior.*

*A Senhora Vereadora Jovita Ladeira referiu que ia pronunciar-se única e exclusivamente sobre o contido no Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António, documento elaborado pelo executivo em funções.*

*Assim, citando o descrito no Plano, mencionou:*

*- “A Câmara Municipal está em desequilíbrio financeiro conjuntural” refere o estudo. Finalmente, a Câmara Municipal assume o desequilíbrio financeiro, pelo que o Executivo deve assumir a responsabilidade pela situação financeira gravosa a que se chegou;*

- A proposta aponta a necessidade do empréstimo de 50,8 milhões de euros para reprogramação da dívida actual o que mostra o desnorte na gestão financeira do município e a penalização do futuro de Vila Real de Santo António;

- O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António apresentado a determinada altura refere “ o estudo tem por função demonstrar, de forma credível, a situação de desequilíbrio financeiro em que o município se encontra, fundamentando a necessidade de recurso a um empréstimo que permita equilibrar as finanças das autarquia...” esta afirmação é a assunção da desordem financeiro no município;

- O Estudo demonstra claramente o desastre financeiro em que se encontra a Câmara Municipal, senão vejamos o que está expresso na página 70 “ A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António encontra-se, actualmente, numa situação de desequilíbrio financeiro, fundada numa elevada dívida de curto prazo que, em 31 de Dezembro de 2010, e citando apenas as dividas a terceiros (curto, médio e longo prazo), se situa em cerca de 60 Milhões de euros.”

Importa referir que este valor reflecte só a divida da Câmara Municipal porque a dívida da Empresa Municipal, também da responsabilidade da Câmara Municipal, não está consolidada neste valor.

A responsabilidade deste descalabro cabe ao Executivo PSD e ao Senhor Presidente da Câmara em particular;

- O documento refere ainda “...a aprovação de sucessivos orçamentos cujas receitas ficaram muito aquém das expectativas iniciais, o que originou a acumulação de deficits expressivos...” naturalmente esta realidade vem mostrar-nos que o actual executivo, nos orçamentos que tem vindo a apresentar, optou por um empolamento das receitas criando a ilusão de suficiência e estimulando a assunção de compromissos, aumentando as responsabilidades do município, sem

*a correspondente entrada de recursos financeiros, irresponsabilidade total porque não se optou pela apresentação de orçamentos realistas;*

*- O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António refere “...o nível da dívida a terceiros acumulou-se, em poucos anos, para montantes insustentáveis, à luz da prática do que deve ser uma boa gestão financeira.” Esta frase é lapidar e vem por preto no branco da gestão irresponsável e imatura como as finanças do município têm vindo a ser geridas podendo-se eventualmente inferir da possibilidade de uma gestão danosa em razão dos impactos que esta situação terá no presente e no futuro do município;*

*Na verdade é referido no documento que “...a receita estrutural é na ordem dos 53 milhões de euros e é consumida pela despesa estrutural, não gerando poupanças necessárias ao financiamento dos investimentos no concelho”;*

*- Este cenário leva a que o actual executivo entenda que não há outra solução que não passe por um empréstimo de 50,8 Milhões de euros, a ser utilizado de imediato para pagar as dívidas de curto prazo. O prazo de pagamento deste empréstimo é de 12 anos com uma carência de 4 trimestres. O que o Presidente da Câmara mais não pretende fazer é que “chutar a dívida para outros” tendo os próximos executivos autárquicos de assumir uma dívida contraída em razão de uma gestão financeira irresponsável;*

*- O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António refere na sua página 73 que “...A análise de indicadores de liquidez...indica as dificuldades de tesouraria na solvência de compromissos e obrigações assumidas pela Câmara ...esta situação tem como origem a assunção de compromissos nos anos de 2008, 2009 e 2010 os quais se revelaram in comportáveis do ponto de vista financeiro, atendendo ao desajustamento entre o assumido e a realidade do Município ao nível da receitas” este é mais um exemplo da péssima gestão financeira do município da responsabilidade única do seu executivo e do seu presidente Luis*

Gomes. É importante recordar quem falava Verdade sobre o caminho financeiro perigoso trilhado pelo Município, se era o PS ou se era o PSD e o seu líder local;

- O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António mostra que as receitas totais do Município quase duplicaram em quatro anos, em 2007 foram de 28,8 milhões de euros e em 2010 de 53,4 milhões de euros. Ora é infundado o argumento de que o problema financeiro da Câmara reside na diminuição das receitas;

- Segundo circula, o Executivo da Câmara Municipal, alega muitas em muitas situações que a diminuição das transferências do Estado (subentenda-se do Governo) diminuíram por isso da dificuldade de fazer pagamentos. Na verdade elas diminuíram em 300 mil euros, de 2009 para 2010, no entanto importa destacar o que diz o Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António "... As transferências da Administração Central .... Sendo possível concluir que este tipo de receita não tem tido impacto significativo no montante das receitas globais". Conclusão, não é ao Estado que pode ser assacado a responsabilidade da situação caótica financeira da Câmara, mas sim à forma como essas finanças têm sido geridas pelo actual executivo.

- Foi ainda clarificado pela Senhora Vereadora que a afirmação do Presidente da Câmara de que no período do seu mandato o património da Câmara passou de 13 Milhões de euros para 180 milhões querendo fazer crer que aí está, potencialmente a origem da dívida, ora nada mais ilusório porque esse aumento de capital deriva dos registos dos terrenos propriedade da Câmara, obrigatório face á contabilidade, e da valorização de alguns em razão dos planos de pormenor elaborados ou a elaborar.

- Em 3 anos a dívida de curto prazo passou de cerca de 7,5 milhões de euros para 50,9 milhões de euros.

A dívida a fornecedores passou de 4,9 Milhões de euros para 48 Milhões de euros.

*A realidade é que em 31 de Dezembro, a dívida total da câmara é de 60 Milhões de euros, dos quais 9 Milhões são de empréstimos de médio e longo prazo e 51 Milhões divididas a terceiros, curto prazo.*

*O passivo total da Câmara cresceu cerca de 25,3 milhões de euros durante o exercício de 2010.*

*Apesar de em 2008 a conjuntura ter dado sinais de alerta, a verdade é que nada foi feito pelo actual Executivo, tendo-se chegado a este descalabro de contas;*

*Esta é a realidade da situação financeira do Município e se, se acrescentar a dívida da Empresa Municipal (SGU) que é também da responsabilidade do Município então podemos afirmar que 112 Milhões de euros é a dívida total da responsabilidade do Município de Vila Real de Santo António;*

*- A Senhora Vereadora considera que este Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António a Câmara Municipal, apelidado de Documento de Responsabilidade Geracional, face à dureza dos números e em razão da herança de endividamento deixado pela gestão do PSD e do seu presidente, durante os próximos 12 anos, pondo em causa investimentos e a estabilização do quadro pessoal, julga que deve ser chamado de Plano de Irresponsabilidade Geracional!"*

*O Senhor Presidente disse também que não se espanta com a intervenção da Senhora Vereador Jovita Ladeira, apesar de entender que a mesma não favorece o concelho de Vila Real de Santo António e está descontextualizada da realidade nacional. O objectivo deste plano é reduzir a zero as dívidas da Câmara Municipal e liquidar as dívidas às Empresas fornecedoras. O Senhor Presidente confirma que a Câmara Municipal aumentou a dívida mas também muito mais património e menciona que a Senhora Vereadora está contra a Empresa Municipal, comunicando ainda que na Conta de Gerência já apresentada estão explanadas as contas da Câmara Municipal e da VRSA-SGU, pelo que há transparência nos resultados financeiros do Município.*

*A Senhora Vereadora Conceição Cabrita referiu que a Lei criada pelo Governo impede, entre outras Entidades Públicas, as Câmaras Municipais de abrir concursos públicos para a contratação de recursos humanos. Se fosse possível haver contratações, o Executivo recrutava trabalhadores, pois tem sido a Câmara Municipal a minimizar os problemas do desemprego no Concelho.*

*= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Plano de Responsabilidade Geracional para o Concelho de Vila Real de Santo António, consubstanciado num Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António, conforme o exposto no documento anexo, que o Plano de Responsabilidade Geracional para o Concelho de Vila Real de Santo António, consubstanciado num Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vila Real de Santo António, conforme o exposto no documento anexo, seja remetido para a Assembleia Municipal para apreciação e aprovação e, que a Câmara Municipal, após aprovação do referido Plano de Responsabilidade Geracional em sede de Assembleia Municipal, promova uma Assembleia Geral da VRSA SGU EM SA, para que esta promova a revisão dos Instrumentos de Gestão Patrimonial 2011 e execute Instrumentos de Gestão Patrimonial 2012 nos princípios subjacentes ao Plano de Responsabilidade Geracional aprovado em Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da presente acta.*

*Pela Sra. Vereadora Jovita Ladeira foi formulada a seguinte Declaração de Voto:*

*“Abstenho-me e remeto a posição política final do Partido Socialista para a votação em Assembleia Municipal”*

**ACTA DA REUNIÃO:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a acta da presente reunião.

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 17.00 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente acta que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Divisão de Actividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_